Juízes do Maranhão recebem diária sem viajar

A disputa pelo poder no Tribunal de Justiça do Maranhão abriu caminho para uma denúncia sobre pagamentos supostamente irregulares de diárias a juízes e desembargadores. A acusação chegou ao Conselho Nacional de Justiça, segundo reportagem de Fausto Macedo, de *O Estado de S. Paulo*.

José Stélio Nunes Muniz, um dos desembargadores mais antigos do TJ, é o autor do dossiê enviado ao CNJ. O documento revela existência de "uma rede de poder e de influência sob comando do desembargador Raimundo Freire Cutrim, corregedor-geral do TJ".

Stélio acusa Cutrim de usar verbas das diárias como "moeda de troca" para permanecer na cúpula da instituição. "O corregedor é o mentor intelectual, principal articulador e provedor de uma rede de poder construída com recursos públicos. Utiliza diárias com vistas a angariar apoio a seus interesses."

Cutrim se defende dizendo que os pagamentos seguem o que manda a lei e o regimento do TJ e revida: "Ele (Stélio) é doente pelo poder, mas a rejeição a seu nome é extraordinária. As diárias são absolutamente legais. Não há nada de errado."

A verba de diária constitui auxílio pecuniário concedido a título de indenização pelas despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento. Ela é paga por dia de afastamento da sede do serviço e liberada nos casos de interesse da administração.

No TJ maranhense, segundo Stélio, as diárias de iniciativa da corregedoria "são arbitradas pelo corregedor". Ele próprio já exerceu o cargo de corregedor do tribunal e, durante sua passagem, também concedeu diárias. Stélio afirma que assim procedeu "a benefício da administração, em atenção ao interesse público".

O T J, que tem 24 desembargadores, atravessa período conturbado por conta do processo eleitoral, marcado para dezembro. O cargo de vice-presidente está vago. "Estou mais preocupado com o desequilíbrio que essa moeda de troca provocou no sistema eleitoral interno", diz Stélio. "A disputa sempre foi muito equilibrada. Pelo nosso regimento, o desembargador mais antigo ganha a eleição se houver empate."

Stélio nominou nove magistrados que se teriam beneficiado do dinheiro sem fazer prestação de contas dos gastos efetuados. Entre os nomes citados está o da desembargadora Nelma Celeste Souza Sarney Costa, cunhada do senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP). A retirada total, referente aos casos rastreados, somou R$ 124,49 mil no período de março de 2006 a abril de 2007.

Em abril, Stélio requisitou em abril à presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão cópias dos processos relativos ao pagamento de diárias. Seu pedido foi indeferido.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Por conta própria fez uma pesquisa no sistema de dados. Stélio cotejou datas das viagens com as das sessões plenárias e das câmaras. O resultado da busca: em dias que deveriam estar fora do Maranhão, os desembargadores se encontravam em São Luís.

Como exemplo, ele afirma que o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto recebeu R$ 26,09 mil para cobrir gastos com viagens a Fortaleza duas vezes e a São Paulo uma vez.Stélio garante que Gedeon não viajou uma única vez, mas recebeu. Os registros mostram que R$ 5.172 teriam sido depositados na sua conta para viagem a São Paulo entre 16 e 21 de março de 2006. “Não viajou, pois em 16 de março participou da sessão da 1ª Câmara Cível e, no dia seguinte, esteve na minha residência”, sustenta Stélio.

Date Created
23/09/2007

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.